

Zé Neto minimiza boicote da base na AL-BA

Governistas estariam insatisfeitos com a falta de pagamento das emendas impositivas

HENRIQUE BRINCO
REPORTER

Na Assembleia Legislativa da Bahia, em suas últimas seis sessões, as discussões permaneceram travadas por causa de artifícios regimentais utilizados pela oposição — que não pretende dar trégua aos governistas. Ontem não foi diferente. Agora, com a crise política, a situação deve se agravar. O grande desafio do governo é colocar quórum suficiente para votar projetos cruciais para o executivo estadual. “Não votamos na semana passada porque o Governo não tinha quórum para votar”, explica o líder da oposição, deputado Leur Lomanto Jr (PMDB), à **Tribuna**. “O Governo tem a obrigação de colocar quórum suficiente para colocar os projetos que são oriundos do executivo. Oposição é oposição”, completa.

Segundo o parlamentar, a pauta a respeito da mudança nas regras das licenças médicas dos servidores públicos do Estado retira direito dos trabalhadores. “No projeto da licença médica para os trabalhadores que o Governo quer implementar, a oposição entende que retira direitos dos trabalhadores. A priori, se não houver alguma mudança, a oposição vai continuar votando contra”, avisa. Já a situação alega que a oposição tem pedido verificação de quórum no pequeno expediente, quando aliados do Governo do Estado ainda não estão presentes na AL-BA. Líder do governo na casa, o deputado estadual Zé Neto (PT), trabalha nos bastidores para que os deputados compareçam mais cedo nas sessões.

Ele afirma que não entende a estratégia da verificação de quórum, já que é o momento que eles mais discursam. “Nós nunca chegamos ali

14h30 porque, quando tem dia de votação, a gente chega mais tarde. A bancada de oposição se reveza e a de governo tem que ficar”, explica. “A vida toda quem mais brigou para não derrubar o pequeno expediente eram eles e agora são eles os que mais derrubam?”, alfineta o petista à **Tribuna**.

Nos bastidores, circula a informação de que alguns parlamentares governistas estariam insatisfeitos com o não pagamento das emendas impositivas. “Tem sempre reclamações que eu sei. Na verdade, estamos trabalhando junto ao Governo para que elas sejam gradativamente cumpridas”, acredita. “Nós estamos vivendo em uma crise econômica difícil, os deputados realmente reclamam com razão e temos que fazer o meio-campo para ver se a gente consegue gradativamente ir encontrando harmonia”. O Governo precisa correr contra o tempo, porque a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 (LDO 2018) também precisa ser colocada em apreciação, mas não será votada enquanto as quatro propostas deixarem de sobrestar a pauta.



ZÉ NETO afirma que está trabalhando junto ao Governo para que as demandas não atendidas sejam gradativamente cumpridas

Luiz Viana repudia violação do sigilo da fonte jornalística

O presidente da OAB da Bahia, Luiz Viana Queiroz, repudiou a divulgação de uma conversa telefônica entre o jornalista Reinaldo Azevedo e uma de suas fontes, a também jornalista Andrea Neves, irmã do senador afastado Aécio Neves (PSDB), que estava sob interceptação telefônica da Polícia Federal. Apesar de não ter relação com o objeto da investigação, a transcrição do áudio de uma conversa entre Reinaldo e Andrea foi

anexada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) ao inquérito que investiga o senador e a irmã. “A divulgação da conversa entre um jornalista e sua fonte é um absurdo que viola a liberdade de imprensa e o sigilo da fonte, expressamente garantido pela Constituição Federal no seu artigo 5º, inciso XIV”, declarou Luiz Viana. “A recusa do jornalista em revelar suas fontes é assegurada ainda pelo artigo 8º do seu código de ética. E o STF, em outubro de

2015, por seu ministro Celso de Mello, reiterou que a prerrogativa do jornalista de preservar o sigilo da fonte é oponível a qualquer pessoa, inclusive a agentes e autoridades do Estado. Não há nenhuma dúvida, portanto, que a proteção ao sigilo da fonte deve ser respeitada por todas as autoridades do Poder Judiciário” ressaltou. Viana destacou ainda que o Estado Democrático de Direito pressupõe o respeito às leis e à Constituição.

Desafetação de 32 terrenos é debatida na Super Terça

DA REDAÇÃO

Na sessão ordinária ontem, vereadores das bancadas do governo e oposição fizeram uso da tribuna para dar continuidade ao debate na Câmara Municipal em torno do Projeto de Lei nº 223/17, que visa desafetar e alienar 32 terrenos municipais. Favoráveis à matéria, Duda Sanches (DEM) e Ricardo Almeida (PSC) defenderam a proposição do Executivo, enquanto que Marta Rodrigues (PT) e Aladilce Souza (PCdoB) cobraram mais esclarecimentos. Segundo justificativa do Executivo, com a desafetação, a prefeitura visa aumentar a arrecadação do Município e evitar a perda do patrimônio por ocupação indevida.

Conforme destacou Duda, o reverse “terrenos baldios em verba para ser investida na cidade”. Presidente da Comissão de Saúde, Planejamento Familiar e Previdência Soci-

al, Duda Sanches usou a construção do Hospital Municipal como exemplo de empreendimento a ser beneficiado com a proposta. Por sua vez, Marta Rodrigues lembrou de visita realizada pela oposição em diferentes áreas sinalizadas pela prefeitura e questionou a lisura da matéria. “Visitamos algumas áreas e, em uma delas, em frente ao Aero Clube, o pastor Ivo (Lago Neiva) apresentou documentação da igreja que está em construção. Ou seja, não foi feito nenhum estudo”, constatou.

No próximo dia 25, a Ouvidoria da Câmara vai promover debate sobre o PL nº 223/17. Em sua fala, Marta sugeriu a participação do pastor Ivo, para que a documentação fosse exposta na Casa. Ao discursar em defesa do projeto, o vereador Ricardo Almeida pediu que a bancada contrária não fizesse “oposição por oposição” diante do proje-

to que desafetará “terrenos destinados aos devidos fins, revertendo recursos de bens públicos para escolas e postos de saúde”.

Defendendo a ampliação do debate, Aladilce ressaltou que a venda de toda propriedade pública carece de discussão e transparência, por isso salientou a importância do cuidado da Câmara na análise do projeto. “São 32 áreas de uso comum e não podem passar por alienação apenas para arrecadação da prefeitura”, frisou. “Tem CAPs em casa alugada na Boca do Rio e a prefeitura vendendo um terreno quase ao lado”, completou. Atualmente, o PL está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça. Este é o segundo projeto de desafetação apresentado pelo prefeito ACM Neto à Câmara. No primeiro, foram desafetadas 59 áreas e 14 foram comercializadas, rendendo um capital da ordem de R\$71 mi.



MATÉRIA do Executivo tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Final antes de ser votada

Angelo Coronel diz que vai se afastar da vida pública

GUILHERME REIS
SUBEDITOR

Ao falar sobre as eleições de 2018, o presidente da Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), deputado estadual Angelo Coronel (PSD), disse que pretende se afastar da vida pública em 2018. “Não sou pré-candidato, o pré-candidato é o meu filho. Ir para chapa majoritária é destino. Se o destino lá na frente conspirar ao meu favor e o partido achar que não devo pendurar as chuteiras, é uma coisa a ser pensada”, declarou em entrevista à rádio Metrópole. O possedista também disse que acredita na possibilidade de o prefeito ACM Neto (DEM) se candidatar ao governo da Bahia. “É um direito que ele tem, mas ninguém sabe quem vai poder ser candidato lá na frente. Ninguém imaginava que Aécio seria pego na Lava Jato... Temos que esperar ainda para ver o que vai sobrar do Brasil nos próximos seis meses”, acrescentou.

Coronel também comemorou as mudanças que aconteceram na AL-BA nos últimos três meses. “Dizem que o poder só é ruim se você está fora dele. Eu seria hipócrita se dissesse que não estou gostando. Eu vejo que estamos tendo estímulos de aprovação positiva. A gente abre o gabinete para atender a todos, não tem distinção. Hoje, todos os cole-



CORONEL revelou que seu filho é pré-candidato a uma vaga na Assembleia em 2018

gas, até os que não compraram a ideia de nossa candidatura, são os que mais elogiam nossa postura. Isso deixa a gente com o ego massageado. Hoje não existem mais decisões monocráticas, ouço a todos. A mesa diretora hoje opina, tudo hoje são decisões colegiadas, não são decisões unilaterais”. “A reeleição foi uma das nossas propostas de campanha e foi aprovada por unanimidade, qualquer outro deputado pode pleitear ser presidente. Isso foi um grande marco da nossa gestão em três meses e meio. Fizemos cortes, hoje não precisamos pensar em suplementação”, enfatizou.

Prefeitura de Brumado exonera 12 servidores por nepotismo

HENRIQUE BRINCO
REPORTER

A Prefeitura de Brumado (BA) exonou 12 servidores após uma recomendação do Ministério Público da Bahia. Por meio do promotor de Justiça, Ruano Fernando da Silva Leite, o órgão recomendou, no dia 9 de maio, que o prefeito municipal anulasse as contratações de Rodrigo Cunha de Vasconcelos e de Fabrícia Pinchemel Amorim Castro. Rodrigo Vasconcelos era o Secretário de Agricultura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente. Segundo o MP-BA, ele é filho do prefeito Eduardo Vasconcelos (PSB). Outros dois servidores continuam trabalhando, mas foram afastados de funções de confiança que ocupavam. Os afastamentos foram publicados no Diário Oficial do Município na última sexta-feira.

O MP ainda recomendou o afastamento de todos os “agentes públicos que fossem cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do prefeito, do vice-prefeito, dos vereadores ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargos de confiança ou de função gratificada na administração pública municipal”.

A recomendação “tomou por base o posicionamento institucional do Ministério Público estadual, adotado em reunião do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção à Moralidade Administrativa (Caopam), que orientou os promotores atuarem com atenção à atual decisão do ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, no que toca a casos de Nepotismo”, afirmou o MP em nota. Em março, foi impetrada uma Ação Popular de Nepotismo contra prefeito. Além da exoneração, o documento solicita que ele e o filho venham a ressarcir os cofres públicos com eventuais gastos em razão desta nomeação. Eduardo Vasconcelos não foi encontrado pela reportagem da Tribuna para comentar o caso.



MP-BA se baseou em decisão do ministro Marco Aurélio, do STF, no que toca a casos de nepotismo